

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n.16 - abr. 2014 - pp.181-192 / Corrêa, S. / www.sexualidadsaludysociedad.org

WIERINGA, Saskia & SÍVORI, Horacio (eds.). 2013. *The Sexual History of the Global South. Sexual Politics in Africa, Asia and Latin America*. London/New York: Zed Books Ltd. 304 p.

Sonia Corrêa

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

Pesquisadora Associada

Rio de Janeiro, Brasil

> soniacorrea@globo.com

A coletânea *The Sexual History of the Global South*, organizada por Saskia Wieringa e Horácio Sívori (Zed Books, 2013), é o resultado final de um programa de investigação e formação colaborativa sobre sexualidade no Sul Global, implementado pelo SEPHIS (South Exchange Programme for the Research of the History of Development/ Programa de Intercâmbio Sul-Sul para a Pesquisa da História do Desenvolvimento), estabelecido na Holanda em 1994. Entre 2007 e 2012, com o apoio da Fundação Ford, esse programa reuniu um grupo de jovens pesquisadoras e pesquisadores em ciências sociais e humanas, apoiando suas investigações no sentido de estimular novos olhares sobre as genealogias políticas e culturais nos domínios sociais de gênero e sexualidade, mas também com reconfigurações contemporâneas de economia política e os efeitos das chamadas transformações globais.¹

¹ Um desses jovens pesquisadores, o mexicano Alberto Teutle, autor da excelente etnografia “Male Homoeroticism, homosexual identity and AIDS in Mexico City in the 1980s”, faleceu em 2013. A inclusão de seu artigo na coletânea tem, portanto, um significado que extrapola a dimensão intelectual.

O projeto de que resultou o livro buscou, entre outras coisas, descentrar a produção teórica e de pesquisa sobre sexualidade e gênero, interrogando “a divisão entre o Ocidente e o resto”, herdeira da experiência colonial, a qual persiste indelével na circulação global de conhecimento nesse campo e implica, no mais das vezes, que a conexão entre pesquisadoras/es seja mediada por instituições do “Norte”. A iniciativa é mais que bem vinda e muito oportuna num cenário global em fluxo em que a emergência do Sul é um tema e uma realidade incontornável. Mas, como bem sabemos, tal projeto implica muitos desafios. Como revelam vários artigos da coletânea, os traços coloniais das formações culturais e políticas contemporâneas -- em que se vivenciam e politizam as identidades e as práticas dos gêneros e das sexualidades -- são de longo curso, capilares, profundos e deles não estão isentos os referenciais conceituais que informam o estudo das sexualidades. Ou seja, descentrar pesquisa e teoria é posicionar-se no fio da navalha: ao mesmo tempo em que recorremos às epistemologias críticas de sexualidade e gênero, também devemos tomar distância quanto às suas marcas pós-coloniais.

Tendo esseS desafios como pano fundo -- e considerando o perfil jovem das autoras e dos autores -- assim como o caráter formativo da iniciativa impulsionada pela SEPHIS, *The Sexual History of the Global South* é um projeto muito bem-sucedido. Em vários aspectos seu desenho se aproxima de análises que temos desenvolvido no Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e seu resultado dialoga com e complementa esforços que temos feito no sentido de tecer vinculações entre Sul e Sul. Nesse sentido, sei bem quão complexa deve ter sido a tarefa dos organizadores. A cartografia das sexualidades e gêneros que emerge da leitura da introdução -- elaborada por Saskia Wieringa e Horácio Sívori -- e dos 12 artigos que compõem a coletânea é riquíssima do ponto de vista do material empírico escavado e analisado, seja ele histórico ou etnográfico. Sobretudo, na minha avaliação, tece conexões produtivas, em muitos casos inéditas, entre o olhar (gaze) do Ocidente sobre a sexualidade do “outro” e as construções culturais e as instituições políticas dos gêneros e das sexualidades nos heterogêneos territórios pós-coloniais examinados.

A coletânea tem, porém, algumas limitações que, em grande medida são características deste tipo de empreendimento. Por exemplo, os artigos são heterogêneos do ponto de vista de objeto, enfoque, recorte analítico ou mesmo densidade, o que é inevitável em projetos

formativos cujo objetivo não é o de ajustar trabalhos individuais a uma moldura teórica e metodológica comum, mas sim de otimizar linhas de investigação em andamento e fortalecer a capacidade de jovens investigadoras/es. Não menos importante, as /os autoras/es estão em diferentes momentos de suas carreiras acadêmicas e isto se reflete na produção publicada. Tenho duas ou três outras observações. O fato de o livro nos trazer três análises do contexto indiano, em contraste com uma análise por país no caso dos demais nove artigos, cria um desequilíbrio que poderia, talvez, ter sido evitado. Também penso que a coletânea seria enriquecida com a inclusão de outro estudo sobre um contexto nacional latino-americano menos estudado – e no qual são mais evidentes obstáculos, como é o caso dos países da América Central – para desestabilizar um pouco a narrativa que começa a se tornar hegemônica no plano global acerca dos incontestáveis “sucessos” da política sexual latino-americana. Finalmente, quero mencionar alguns pontos cegos, não como crítica específica ao livro, mas porque, a meu ver, eles refletem limitações do campo de pesquisa em sexualidade num sentido mais amplo. Por exemplo, assim como também observam Wieringa e Sívori na introdução, há um silêncio sobre as pessoas *trans* que, no meu ponto de vista, é particularmente flagrante no caso dos estudos etnográficos do México (Alberto Teutle) e na análise de Diego Sempol sobre a emergência do ativismo gay e lésbico na transição argentina, pois essas investigações tratam de contextos em que a presença das comunidades travesti é mais que palpável. Também senti falta de referências, ainda que laterais, aos *hijras* nos estudos indianos que tratam de corpos femininos e obscenidade (Nitya Vasudevan) e de práticas homoeróticas masculinas em Kerala (Rajeev Kumaransandath).

Outra zona de silêncio diz respeito à raça e etnia. Num outro registro, embora a “sexualização das raças” como marca e efeito da colonização seja objeto de atenção em vários dos artigos – e a racialização da AIDS (doença de gringo) seja abordada diretamente – no estudo de Roberto Teutle sobre o México, as interseções entre gêneros/sexualidades e as construções e as disparidades raciais e étnicas não são enfatizadas. Essa lacuna, por razões óbvias, chama a atenção, em especial no estudo etnográfico sobre mulheres encarceradas no Brasil (Fabíola Cordeiro) e na análise de discursos jornalísticos e literários cubanos do século 20, desenvolvida por Abel Sierra Madero.

Da mesma forma, embora a maioria dos artigos tenha como pano de fundo a economia política e outros mencionem diferenciais de classe e mercados sexuais, os estudos publicados, com exceção do de Huang Yinying sobre a pesquisa em sexualidade após as reformas para o mercado iniciadas em 1978, não estabelecem vinculações mais robustas entre sexualidade e economia, quer seja em termos das dinâmicas macroeconômicas, quer seja no que diz respeito à reconfiguração de classes sociais ou mesmo mercados de trabalho. Como temos observado nos debates do SPW, essa escassa produção de conhecimento sobre sexualidade e economia continua sendo um déficit do nosso campo de teorização e pesquisa. Finalmente, é intrigante, a meu ver, que as interseções entre sexualidades e religião, quer seja nos estudos de corte mais histórico, quer seja no que diz respeito ao “retorno do religioso” na forma de dogmatismo, estejam praticamente ausentes da coletânea, já que elas são incontornáveis nas dinâmicas da “política sexual real” (ontem e hoje). Cabe perguntar: que fatores explicam este ponto cego?

Essas limitações, contudo, não comprometem as muitas qualidades de *Sexual History of the Global South*, que serão objeto dos comentários que se seguem e que não ambicionam resenhar os artigos individuais em detalhe mas, sobretudo, percorrer algumas conexões mais marcantes das cartografia que eles compõem. Contudo, antes de fazer isso, me parece necessário sublinhar a qualidade do exercício panorâmico elaborado por Wieringa e Sívori na introdução da coletânea, organizado em torno das seguintes questões: Que sexualidade, quem se pasma?; Ciência sexual e controle político; Biopolítica e heteronormatividade; A memória seletiva do passado; Sexualidade e a política do “lugar”; Cidadania sexual e identidades emergentes. Esta grade conceitual pode e deve ser utilizada, produtivamente, em esforços similares de geração de conhecimentos sobre sexualidade no sul global.

Voltando a atenção mais especificamente para o conteúdo da coletânea, penso que uma das qualidades marcantes do conjunto é a chave de leitura de longa duração que baliza um número significativo de artigos, como no caso de dois dos artigos sobre a Índia (Hardik Brata Biswas e Nitya Vasudevan) e dos estudos sobre Camarões (Basile Ndjio) e Tanzânia (Musa Sadock), em contextos de descolonização política muito recente. Esse olhar também está presente no já referido artigo sobre a China que, como apontam Wieringa e Sívori, nunca

plenamente colonizada no sentido convencional do termo. É o que também inspira a busca incessante de Ima Al Ghafari pela experiência subjetiva do lesbianismo na tradição cultural árabe e, em menor medida, a análise de discursos cubanos nacionalistas sobre homossexualidades masculinas na primeira metade do século 20.

A chave de longo curso permite, de um lado, visualizar a capilaridade e a profundidade das heranças biopolíticas coloniais, o significado problemático da modernização nas reformas sexuais promovidas por colonizadores e nacionalistas, o alcance das concepções e dos discursos propagados pela ciência do sexo para além dos espaços metropolitanos, a absorção e a resignificação das concepções ocidentais nos processos pós-coloniais de construção nacional. Por outro, possibilita identificar diferenças entre as lógicas e os significados locais e o disciplinamento sexual colonial e “moderno”, mapear resistências e, em alguns casos, estabelecer conexões entre dinâmicas de construção da sexualidade distanciados no tempo e no espaço. As notas que se seguem são parciais e não têm a pretensão de esgotar a riqueza e a complexidade dessas conexões, nem tampouco ambicionam analisar em profundidade os artigos individuais, mas sim estabelecer algumas conexões que possam iluminar o significado cartográfico da coletânea.

Uma primeira ilustração vem, por exemplo, dos artigos de Biswas sobre literatura pornográfica bengali no século 19 e na primeira metade do século 20, e de Vasudevan sobre ansiedades causadas pelos corpos das “mulheres públicas” no Estado de Maharashtra – as *devadassis* e as bailarinas populares *lavani* – entre o final do século 19 e os primeiros anos da independência indiana. Os dois estudos analisam como a preservação da família como refúgio e, nela, os corpos da mulher branca ou de casta alta são pilares tanto do reordenamento colonial que se seguiu à rebelião de 1859 – o qual também inclui hoje o muito discutido Código Penal e seu artigo 377, que criminaliza os atos sexuais não naturais – quanto das ideologias que sustentaram a luta anticolonial. O texto menciona, por exemplo, que em 1873 – significativamente no mesmo ano em que se adotou o Ato Comstock nos EUA – foi aprovada uma lei contra obscenidade. Seu alvo principal seria uma vasta literatura popular erótica produzida em Calcutá, cujos *leitmotivos* são o incesto e a irresistível sedução das mulheres confinadas. A lei teve o apoio das elites nacionalistas e reformistas locais, compelidas nos debates públicos sobre ela a distin-

guir entre essa pornografia popular e a literatura erótica da tradição. A proteção do corpo e da pureza das mulheres, por outro lado, mobilizou as iniciativas de abolição da instituição das *devadassis* – as dançarinas públicas dos templos dedicados às deusas – e, mais tarde, das *lavanis*. As de Maharashtra, analisadas por Vasudevan, foram instigadas tanto pela moralidade missionária e vitoriana quanto pelas aspirações de modernização das elites indianas que visavam depurar os traços “corrompidos” da tradição cultural.

Ambos os textos iluminam resistências. Biswas menciona que, no final do século 19, músicas cantadas nas festas populares bengalis ridiculizavam as medidas coloniais e elitistas contra a obscenidade. E, as *devadassis*, antes da aprovação da lei que aboliu a instituição no final dos anos 1940, recorriam à Justiça contra medidas abolicionistas, lançando mão de argumentos calcados da tradição jurídica hindu. Nesse estudo, a resistência é o fio que conecta as lógicas abolicionistas do passado com uma lei aprovada em Mumbai, em 2005, proibindo o trabalho das dançarinas de bares, pois o sindicato das bailarinas, em coalizão com a associação de donos de bares e organizações feministas, contestou judicialmente a lei e, diferentemente das *devadassis* e das *lavanis*, ganhou a causa. Ao contrastar esses episódios, a autora distingue, num *insight* que pode ser muito produtivo para o tenso debate sobre prostituição dos dias atuais, a lógica abolicionista que visava extirpar a corrupção das práticas tradicionais em nome da modernização, das premissas proibitivas ou de censura dos dias atuais que se pautam por interesse ou moral pública.

Outros dois artigos, construídos a partir da perspectiva de longa duração, são os trabalhos de Basile Ndjio e Abel Sierra Madeiro sobre a centralidade do pacto heteronormativo nas construções ideológicas e discursivas a respeito das nações de Camarões e Cuba. Ndjio retoma análises desenvolvidas por autores como Mark Epprecht e Achilles Mbembe que interpretam a construção hegemônica da “África heterossexual” como efeito cruzado de discursos, instituições e práticas coloniais, concepções de normas do Cristianismo e do Islã e também das ideologias anticoloniais e nacionalistas que incidem diretamente sobre concepções de cidadania. O texto também explora um expressivo material empírico recolhido na observação direta do julgamento de sete casos de criminalização de práticas homossexuais que ocorreram entre 2007 e 2010, e que tiveram

ampla cobertura da mídia.² A tese em torno da “crise do Muntu”, elaborada pelo filósofo camaronês Fabien Eboussi- Boulaga, imediatamente após a independência e pouco conhecida fora do continente, é um ponto fulcral do artigo. O Muntu é homem africano engajado na *reprise de soi* que busca superar tanto a desumanização colonial quando a rigidez das ideologias e dos papéis políticos pós-coloniais. Recorrendo a Butler, Ndiyo levanta a hipótese de que a visibilidade contemporânea de identidades e de práticas não heterossexuais expõe a arbitrariedade dos papéis e das performances de sexo-gênero, revelando que a tão decantada masculinidade sexual do Muntu pode ser não mais que uma comédia, uma farsa. Essa revelação, por sua vez, deflagra as manifestações de fúria contra os dissidentes sexuais e alimenta a interpretação, a cada dia mais hegemônica, da homossexualidade como mal herdado do colonialismo ou expressão insidiosa do neocolonialismo.

O ataque às sexualidades dissidentes como efeito nefasto da colonização ou do imperialismo é o fio que conecta o artigo de Ndiyo com o trabalho de crítica desenvolvido por Abel Sierra Madero sobre a semântica jornalística e literária cubana dos anos 1920 e 1930. Durante esse período, *pepillitos* e *garzonas* (homens afeminados e mulheres masculinizadas) foram objeto de ataques sistemáticos de articulistas e cronistas de renome, que os caracterizavam como um subproduto da dominação política, econômica e cultural americana sobre Cuba, que se opunham à virilidade autóctone e ao “verdadeiro” feminismo cubano que, no período, havia obtido algumas vitórias no âmbito do direito de família. Os achados de Sierra Madero implicam rever análises clássicas que associam as leis criminais e a homofobia institucional, que só agora começa a ser superada em Cuba, aos argu-

² A lei penal que criminaliza a homossexualidade no país não pode ser considerada, como acontece em outros lugares, um resíduo das leis coloniais, pois foi elaborada e sancionada no contexto da descolonização e da independência em 1972. Contudo, só passaria a ser aplicada de maneira sistemática quando, nos anos 2000, a questão da homossexualidade se politizou. Desde 2005, homossexuais têm sido denunciados e presos sob condições brutais de violações de direitos. Ndiyo descreve como o primeiro grupo de homossexuais presos em 2005 ficou um ano detido sem julgamento, em condições prisionais inaceitáveis. Um dos acusados foi infectado pelo HIV-AIDS nesse período e morreu um mês após deixar a prisão. Além disso, em Camarões, policiais e magistrados têm deliberadamente transferido as acusações contra homossexuais da esfera da justiça criminal para o campo das práticas da feitiçaria, que também são penalizadas pelo código criminal vigente.

mentos do comunismo, que interpretavam a homossexualidade como um sintoma da decadência burguesa, revelando que, de fato, a abjeção construída em torno da dissidência sexual é anterior e constitutiva de ideologias nacionalistas que não são exclusivamente cubanas.

Já que estamos falando sobre sexualidade e comunismo, é interessante deslocar o foco para o estudo que analisa a constituição do campo de estudos da sexualidade na China. O artigo tem vários aspectos fascinantes, a começar por uma intrigante excursão na genealogia das terminologias sexuais. Citando o professor Pan Suiming, autor de *História Social do Sexo*, livro publicado no final dos anos 1980, Huang Yingying lembra que o termo *xing*, que hoje denota sexo, foi transportado do japonês, no final do século, alijando uma nomenclatura local muito variada para falar de sexo, não como identidade ou prática, mas como normas sociais. Nos anos 1920, na difusão de concepções sexológicas que contou com a participação de especialistas chineses, uma vertente continuou viva até a revolução cultural e seria amplamente reativada nos anos 1980, após as reformas de mercado, quando a palavra *xing* vem a ser interpretada a partir da concepção sexológica de instinto universal e a sexualidade passa a ser predominantemente tratada como um objeto “científico”. O giro construtivista que iria contestar esse enfoque positivista clássico se dá a partir dos anos 1990, quando o conceito de gênero, traduzido como sexo social, foi difundido pelas feministas. Segundo Yingying, os debates hoje sobre sexualidade na China se desdobram em torno das propostas sexológicas, do gênero e da surpreendente novidade da “revolução sexual”. A trajetória é fascinante, de um lado, porque identifica o desaparecimento das nomenclaturas locais do sexo, que não se deu por efeito da colonização ocidental, mas sim por influência de outro poder imperial novecentista. Por outro, também informa sobre a irradiação bastante prematura das concepções da ciência ocidental do sexo no contexto chinês e, sobretudo, aponta para sua resiliência e posterior reativação em associação direta com as reformas de mercado dos anos 1980, que antecedem o que hoje é percebido como “revolução”.

Outros dois artigos tratam da difusão dos discursos sexológicos e das concepções correlatas ao sul do Equador. O estudo de Biswas sobre pornografia em Bengala também menciona a intensa disseminação de material sexológico nos anos 1920 e 1930, cujas linguagem e preocupação são as mesmas das correntes de higiene sexual e venerologia que então proliferavam na América Latina. A pesquisa de

Musa Sadock focaliza especificamente o higienismo venereologista implementado a partir dos anos 1930 num distrito da Tanzânia (então conhecida como Tanganika). Sadock analisa a persistente reificação dos tropos clássicos sobre raça e sexualidade, em circulação desde o século 19, para justificar as intervenções sanitárias adotadas pela administração colonial. Isto é ilustrado pela afirmação de um administrador dos anos 1940 segundo o qual a ideia de “mal social” que se aplica na Inglaterra não faz sentido em Tanganika, onde a prostituta e a promiscuidade são parte natural da sociedade indígena e tropical. O artigo também se refere à precariedade da infraestrutura sanitária e à carência sistemática de profissionais de saúde e medicamentos que tornam ainda mais grotesca a arbitrariedade das medidas de tratamento e internamento compulsório. Essas descrições do passado nos remetem, inevitavelmente, às condições precárias e distorcidas da resposta ao HIV-AIDS na África subsaariana dos nossos tempos, um traço forte e incontornável da condição pós-colonial. E o fio da interseção da epidemia da AIDS com a política sexual no sul global nos leva aos estudos de Alberto Teutle e Diego Sempol sobre a Cidade do México e a Argentina na era contemporânea.

Teutle desenvolveu um primoroso estudo etnográfico das práticas e das geografias homoeróticas masculinas e das complexas e dolorosas dinâmicas de ressignificação corporal e subjetivas, examinando o período que vai dos primeiros momentos da politização da homossexualidade no final dos anos 1970 ao estabelecimento de políticas robustas de resposta ao HIV no final da década de 1980. A maior qualidade do estudo é não perder de vista – o que é muito frequente nos estudos antropológicos da micropolítica sexual – o panorama mais vasto da mobilização política, os debates em curso na esfera pública e a reconfiguração gradual das respostas de saúde pública à epidemia. A pesquisa de Sempol, por sua vez, é um estudo de sociologia política que examina a emergência e a maturação da Comunidad Homosexual Argentina (CHA) entre os anos 1984 e 1988, por efeito transformações político-culturais impulsionadas pela redemocratização, mas sobretudo em resposta a uma sequência de eventos de repressão policial que contrastavam abertamente com as novas condições políticas, indicando um deslocamento dos alvos do policiamento e do disciplinamento. Embora a análise esteja mais concentrada nas trajetórias políticas e, em particular, no significado e nos efeitos de afinidades epistêmicas e nas coalizões com o movimen-

to de direitos humanos, Sempol não deixa de mencionar os impactos do HIV-AIDS como elementos a serem contabilizados nessa dinâmica de politização. Mesmo que informados por molduras disciplinares diferentes e com ênfases distintas, ambos os artigos giram em torno da reconfiguração de subjetividades e práticas, da constituição de novas identidades sexuais e da politização da sexualidade *tout court*.

Penso ser interessante trazer um pouco mais a análise sobre o artigo de Sempol, pois ele situa criticamente a repressão e a politização das sexualidades dissidentes no contexto da ditadura e dos processos de justiça transicional, um debate que apenas começa a se desenhar no contexto nacional brasileiro. Um primeiro aspecto relevante é, por exemplo, a observação do autor de que os estudos da democratização na América Latina têm focalizado os sistemas políticos, o papel dos militares e a negociação entre elites, e dado pouca atenção às dimensões socioculturais da democratização. Quando o olhar se volta nessa direção, fica evidente que o fim da ditadura e do arbítrio não significou a eliminação da violência do Estado, inclusive contra pessoas LGBT. Também é muito significativo, e pouco debatido para além das fronteiras argentinas, que desde muito cedo o movimento homossexual construiu, em razão dos laços forjados com o movimento mais amplo de direitos humanos, um discurso e uma prática política centrados na premissa da liberdade sexual como um direito humano, no sentido transnacional do termo, uma vinculação, que significativamente só amadureceria muito mais tarde no plano global e em outros contextos nacionais latino-americanos, nos quais prevaleceram e ainda persistem concepções mais calcadas nas premissas dos direitos de cidadania, delimitados pelos Estados-nação.

Sempol, assim como o fazem outras e outros observadoras/es críticos, examina armadilhas e desafios implícitos nesse giro. Aponta, por exemplo, para a tensão entre a universalidade da linguagem de direitos e as políticas de identidade, diferenças e tensões entre os modos de fazer política que esse giro produziu entre gays e lésbicas (esse é um momento da análise no qual a ausência das vozes e agendas trans é especialmente marcante) e as armadilhas que o regime epistêmico dos direitos humanos cria no sentido de superar demandas centradas na vitimização e na reparação. A essa lista – inspirados pela análise que Mário Pecheny e Rafael de la Dehesa desenvolveram para o Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Política organizado pelo SPW em 2009 – podemos acrescentar as tensões e a questão que resultam

da imersão dos sujeitos das políticas sexuais na produção normativa e de diretrizes estatais que a adoção da língua franca de direitos humanos tem significado. Estas, a meu ver, não são questões ou problemáticas exclusivamente argentinas, mas podem e devem ser retomadas em outros debates nacionais, assim como no plano transnacional.

Minha escolha preferencial pelas conexões possíveis entre os artigos acima citados não significa minimizar a relevância ou a qualidade das contribuições de Rajeev Kumarankandth (homossexualidade e homoerotismo em Kerala) e Tsiti B. Masvawure (sobre sexo pré-marital e prazer entre jovens universitárias no Zimbábue), Fabíola Cordeiro (sexualidade numa prisão feminina brasileira) e Iman Al Ghafari (os discursos sobre lesbianismo na tradição árabe) para a complexa cartografia de *Sexual History of Global South*. Embora sendo mais singulares estes artigos, especialmente as três pesquisas antropológicas dialogam com outras pesquisas e análises disponíveis no campo. Por exemplo, a etnografia desenvolvida por Kumarandanth evoca muitos estudos sobre homoerotismo e *cruising zones* desenvolvidos na América Latina desde os anos 1980. Da mesma forma seria, talvez, produtivo cotejar os achados de Masvawure com os resultados do GRAVAD (Gravidez na adolescência. Gênero e Sexualidade: Estudo multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil) e os estudos sobre sexualidade de mulheres jovens que têm proliferado na Índia. E, considerando as condições e os significados da política carcerária brasileira – temos hoje a quarta população prisional do planeta, em que 40% são presos provisórios e que, desde os anos 1990, temos visto o número de detentas crescer exponencialmente – o trabalho de Fabíola Cordeiro se situa numa vertente de pesquisa que precisaria ser urgentemente ampliada.

Finalmente, a busca de Al Ghafari pode ser descrita como uma história sem fim. A autora interroga, corajosamente, visões construídas por vozes icônicas do feminismo islâmico, como Fátima Mernissi e Nawaal el Saadawi, que apenas adicionam, segundo ela, mais água ao moinho do pacto heteronormativo desde sempre hegemônico. O artigo também examina criticamente a produção literária contemporânea de mulheres autoras que, de acordo com ela, ao tematizarem o homoerotismo feminino, caem na armadilha do olhar orientalista acerca do harém, e explicam a experiência homossexual como efeitos da ausência ou da incompetência sexual masculina. Mais especialmente, Al Ghafari traz luz a narrativas históricas, literárias e tex-

tos prescritivos clássicos da cultura islâmica, em que são visíveis a rebeldia feminina e como os corpos femininos escapam das garras da heteronorma. O artigo fala da mística Sufi Rabi'a Adawiyya, que recusou o casamento para dedicar-se ao amor divino e que, nessa escolha, foi acompanhada pela poeta Hayouna. E, sobretudo, escava medievais clássicos, como *O Jardim Perfumado* (1253) e um capítulo de *Excursão das mentes naquilo que não existe registrado em livro*, de Ahmad In Youssef Al-Tifashi, que trata abertamente da relação sexual entre mulheres. Denominada de *subhuq* ou *subhaaq*, que pode ser traduzida como "ralação", a prática é objeto de múltiplas interpretações. Pode ser a inclinação natural de algumas mulheres, efeito de um desajuste entre tamanhos de pênis e vaginas que levaria algumas mulheres a preferir o orgasmo clitoridiano, ou luxúria que decorre dos vapores dos lábios e de coceira (*ichting*) dos clitoris. Muito embora essas fontes facilmente possam estar disponíveis no mundo islâmico ou no campo de estudos especializados, não é frequente termos acesso a elas na América Latina. E é preciso dizer ainda que, nessas muitas incursões, Al Ghafari não consegue ir além da homosociabilidade como pretexto para o homoerotismo, do "pasmarr masculino" (sempre renovado) diante da sexualidade das mulheres, ou das meras descrições dos atos sexuais. Em parte alguma ela encontra sinais da singularidade subjetiva da experiência lésbica.

Estes comentários estão longe de esgotar as articulações e os *insights* proporcionados pela leitura de *Sexual History of the Global South*. Gostaria de terminar esta resenha desejando boa leitura. Porém, sabendo bem como são enormes as barreiras para a tradução da coletânea como um todo, fica a sugestão de explorarmos conjuntamente a possibilidade de traduzir, para o espanhol ou o português, ao menos, as 20 páginas da Introdução.